



## A DITADURA MILITAR NO BRASIL: GOLPE, REPRESSÃO E TORTURA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3897

Rute Maria Cham Fregonezi, UEM  
Ângelo Priori, UEM

### Resumo

Este artigo tem por objetivo expor o transcurso do Golpe Militar, que ocorreu no Brasil no ano de 1964 e seguiu até 1985. Além de tratar a respeito dos órgãos desenvolvidos pelo governo militar, como por exemplo, a Doutrina de Segurança Nacional, o DOPS e o DOI-CODI, que levam a repressão da população civil e, também, dos indivíduos subversivos, que lutam contra o governo militar por não concordar com suas ideologias. E também, da tortura que ocorreu nos porões da ditadura.

### Palavras Chave:

Ditadura Militar.  
Doutrina de Segurança  
Nacional. Repressão.  
Subversão. Tortura.

## Introdução

O golpe instituído pelos militares em abril de 1964 (ou março como os militares preferem) foi ocasionado por acontecimentos que já vinham se desenvolvendo no passado. Como o discurso militar de que a sociedade brasileira corria perigo, por conta de um inimigo interno, as crises institucionais após o fim do Estado Novo e os movimentos comunistas que traziam um temor de instauração do mesmo no Brasil. Após aplicar o regime, houve o período de consolidação de um Estado autoritário, nacionalista e desenvolvimentista, que sempre temia a presença do comunismo.

A intervenção dos militares no setor político está presente em nossa história desde a Proclamação da República, deixando uma imagem de um “brasileiro conformado, acomodado, submisso, que sempre se procurou vender...” (MELLO, 1985, pg. 53). Em contraposição a essa imagem, o povo brasileiro sempre lutou contra a opressão como fica evidente nas várias revoltas populares ao longo de nossa jornada.

É neste cenário político em que esta pesquisa desenvolve-se, tendo por objetivo esclarecer o golpe militar, as “armas” desenvolvidas e utilizadas pela ditadura, o temor sempre constante de um inimigo interno e do comunismo, que levam a repressão desse inimigo, muitas vezes por meio da tortura. As fontes utilizadas nessa pesquisa são dos autores Maria Helena Moreira Alves, Claudia Heynemann, Valdecir Mello, Maria José de Resende e Luís Reznik. Esta pesquisa faz parte de um projeto mais abrangente, uma iniciação científica, que irá investigar “O IPM Zona Norte do Paraná”, que é constituído por processos jurídicos a respeito de ocorridos durante a ditadura, com o intuito de denunciar e deter militantes políticos e sindicais.

## O Golpe

É notório o forte apoio popular

ao governo de João Goulart, porém, com as mudanças propostas há uma discordância de setores vinculados ao pensamento conservador, que consideram esses projetos uma abertura para a entrada do comunismo no país.

Então o Regime militar instaurado pelo golpe ocorreu com apoio de civis, dando mais tarde o nome de Golpe Civil-Militar aos acontecimentos do dia 1 de abril de 1964. Essa intervenção dos militares no setor político, econômico e social ocorreu, pois eles estavam insatisfeitos com o governo, e assim como eles a sociedade clamava por mudanças.

Quando o presidente Jânio Quadros renuncia ao seu mandato, e o vice-presidente João Goulart que está na China comunista volta para o Brasil, os militares tentam impedir que este assumisse o mais alto cargo político, por ser de esquerda e pelo desgosto deles com a situação do país naquele momento.

É evidente que com sua política de esquerda, e suas claras intenções de reforma agrária e reformas de base, Jango provoca mais desgosto aos militares. Neste momento, temos a instalação de um Parlamentarismo no Brasil, em que o presidente não governa de forma efetiva. Ainda assim, há uma insatisfação da direita conservadora que se intensifica com o discurso de Jango em 13 de março de 1964, gerando o estopim para os militares. Estes então se organizam, e o golpe ocorre na madrugada de 1 de abril deste ano.

## Instrumentos da ditadura

Com o início do governo militar, estes necessitam de meios para tal, então desenvolvem mecanismos que facilitem o controle da população. Como a Lei de Segurança Nacional (LSN) que foi desenvolvida com o objetivo de manter a ordem e proteger o Estado contra a subversão de leis. Sua elaboração vem de antes da Ditadura Militar, que aqui foi estabelecida, mas é necessário ressaltar que ao longo de nossa história, várias delas foram estabelecidas, duas delas, durante o

### Regime Militar.

Essas leis tinham por objetivo, complementar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que foi um instrumento desenvolvido durante a guerra fria com o objetivo de manter um funcionamento harmônico da sociedade.

A Lei de Segurança Nacional de 1935, que definia crimes contra a ordem política e social, fazia parte da luta contra o comunismo, de militares conservadores e autoritários. Ao analisar a LSN com a DSN, é possível visualizar uma de suas linhagens, que é a de guerra subversiva ou revolucionária, que será utilizada como justificativa pelos militares ao assumir o governo do país, pois temem a implantação de um governo comunista. Esse temor, também afetava o governo dos Estados Unidos, que influencia diretamente no golpe militar e fornece apoio para a instauração desse regime. (ALVES, 1984, pg. 36).

No ano de 1947, é apresentado ao presidente, Eurico Gaspar Dutra, o anteprojeto da LSN, que “expunha os motivos pelos quais aquela era necessária” (REZNIK, 2004, pg. 54). O anteprojeto tinha por objetivo remodelar a lei anterior, que foi promulgada no Estado Novo. E defendia e expunha motivos pela qual essa lei era necessária.

O governo formula e promulga a Lei de Segurança Nacional em 1953, que se remete ao anteprojeto de 1947. E de acordo com Luís Reznik, em sua obra “Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra”, apesar de ter influência dos militares na presunção da lei, o anteprojeto não foi elaborado pelo Ministério da Guerra.

O comunismo rondava e causava temor nas civilizações capitalistas, por isso a LSN vinha como uma ferramenta em defesa do Estado, apesar de também ser adjetivada como “lei monstro”, pois é uma lei antidemocrática, Luís Reznik cita Hermes de Lima (15-9-1949):

A lei de segurança é por natureza, também antidemocrática. Não há quem possa retirar de uma lei de segurança o caráter antidemocrático, e por uma razão muito simples: o governo democrático é aquele que permite que o povo se possa pacificamente incorporar ao estabelecido. (LIMA apud REZNIK, 2004, pg. 33).

É evidente, que com o estabelecimento do governo ditatorial, este vai buscar ferramentas que o torne legítimo e que o defenda, por isso, a LSN é instituída como uma de suas maiores ferramentas.

Com um pensamento conservador, que foi desenvolvido pelos militares desde o século XX, há o início de uma ideologia de segurança nacional, de onde os militares vão tirar seu discurso de segurança e combate ao inimigo interno. Eles vão, então, desenvolver a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que também justifica suas ações, como um meio de proteger os interesses nacionais, a mesma é descrita da seguinte maneira por Maria Helena Moreira Alves (1984): “Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais.” (ALVES, 1984, pg. 35).

A DSN foi elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG) – que foi estabelecida em 1949, de acordo com ALVES (1984, pg. 69), pelo Marechal César Obino, no cenário da Guerra Fria, e tinha por objetivo controle dos setores políticos, econômicos, diplomáticos e militares. (ALVES, 1984, pg. 24) – com propósito de eliminar os inimigos internos com várias teorias de guerra, um exemplo delas é a guerra revolucionária.

Este propósito de legitimação do regime e eliminar os inimigos da Nação estão fortificados nas doutrinas da ESG, que possui métodos e ideal para solucionar

os problemas causados pelos inimigos internos e externos. Na obra da autora Maria José de Resende, “A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade” é possível analisar, que desde a fundação da ESG, já estabeleciam que os problemas:

“em aparência os mais materiais: – trabalho mecânico, produção, economia – não serão bem resolvidos senão por meio de valores ideais. Toda força temporal se tem de apoiar em força espiritual. Não nos olvidemos porém: cada momento histórico possui seus grupos sociais, com características próprias, jungidos aos elementos que os cercam e os conduzem, às forças espirituais que os singularizam e definem. Se ficarmos atentos às qualidades típicas que nos caracterizam e procurarmos agir, guiados por elas, teremos dado o passo mais acertado para nos realizarmos vitoriosamente. Não nos esqueçamos, pois, de que os fundamentos psicossociais das nações diversificam-se de acordo com o meio natural, as tradições, as aspirações, o tipo de cultura. (RESENDE, pg. 41)

Desta forma, a Escola Superior de Guerra diz que a maior preocupação, no que se refere a este cenário, é a guerra subversiva ou revolucionária, pois é a que fornece maior ameaça ao modelo capitalista nos países de Terceiro Mundo, que possuem maior instabilidade. O foco dos governantes deve ser então, a segurança interna destes países, combatendo os antagonismos e pressões. (ALVES, 1984, pg. 38 e 39) E de acordo com Valdecir Mello: “A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) projetou leis e regras sobre todos os setores da vida da Nação” (MELLO, 1985, pg. 74) Porém é equivocado, acreditar que ela se une apenas à Lei de Segurança Nacional, que é sua obra-prima. Pois, ao contrário disso, a DSN se propagou pelas instituições estatais. Para Maria Moreira Helena Alves:

“o conceito de *guerra revolucionária* não envolve necessariamente o emprego da força armada. Abrange toda a iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado”. Relacionada à implantação do comunismo, esta guerra está vinculada também ao conceito de “fronteiras ideológicas”, que difere do que se sabe a respeito da guerra convencional. (ALVES, 1984, pg. 37, grifos da autora).

Em 1947, o temor contra a expansão do socialismo permanece, e há também a guerra contra a União Soviética, o que dá fundamentos para reelaboração desta lei como um anteprojeto, que define crimes contra a segurança externa ou interna do Estado e a ordem política e social. (REZNIK, 2004, pg. 56)

Após a Segunda Guerra Mundial, há um temor de implantação do socialismo, por isso durante o mandato do presidente Harry Truman nos EUA, este desenvolve uma política que busca impedir a expansão do socialismo de forma direta, que ficou conhecida por Doutrina Truman. Na década de 1950, a política anticomunista desenvolve-se por todo o país norte-americano, de forma que o Joseph McCarthy também desenvolve oposição ao comunismo com uma política que recebeu o nome de macarthismo.

Com o crescente apoio da classe média às manifestações contra o governo militar, este desenvolve o Ato Institucional Nº 5 em 1968, que dá poderes quase absolutos ao regime sendo assim considerado um golpe na democracia, pois é a mais arbitrária e violenta arma da ditadura. A suspensão ao *habeas corpus* e ao direito político são exemplos da crueldade que este ato trouxe para nosso país, foi o momento de maior repressão do governo ditatorial. Nas palavras de Maria Moreira Alves (1984, pg. 135-136):

O Ato Institucional Nº 5 marca o fim da primeira fase de

institucionalização do Estado de Segurança Nacional, do estágio de lançamento de suas bases. O caráter permanente dos controles a ele incorporados deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. O Ato Institucional Nº 5 forneceria assim o quadro legal para profundas transformações estruturais. (ALVES, 1984, pg. 135-136)

A primeira mudança introduzida na LSN ocorre em 1969, onde se acentuam as penas seguindo a repressão causada pelo AI-5. E a segunda, em 1978, quando se amenizam alguns aspectos por conta de organizações democráticas internacionais. (MELLO, 1985, pg. 75). A promulgação do AI-5 aumenta os poderes do Executivo, e propicia algumas mudanças, como é possível observar na obra “Os Presidentes e a Ditadura Militar”:

[...] o fechamento do Legislativo pelo presidente da República, a suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais, a intervenção federal em estados e municípios, a demissão e aposentadoria de funcionários públicos, entre outras medidas. O fechamento do Congresso foi acompanhado pela cassação de diversos parlamentares. (BRASIL, 2001, pg. 24).

Os Atos Institucionais quebram com qualquer ideal de liberdade no Regime Militar, apesar deste ainda tentar passar para a população uma falsa imagem de democracia. De acordo com a autora Maria José de Resende os militares se autodenominavam os únicos capazes de defender o país contra a ameaça comunista, e mostram os atos de exceções como: “[...] a única maneira possível de proteção de uma liberdade que se opunha

a uma espécie de liberdade perversa que conduziria a sociedade brasileira à ruína, tais como: o desmantelamento da família, do direito de religião e de propriedade, etc.. [...]” (RESENDE, s/d, pg. 72).

### **Aparelho repressivo e tortura**

Após o golpe civil-militar, os militares buscam por mais apoio da população de forma a justificar suas ações. O discurso de luta contra um inimigo interno vai cada vez mais se solidificando, porém ao mesmo tempo elimina a democracia progressivamente.

O aparelho repressivo utilizava instrumentos de exceção para combater a oposição política, além da censura dos aparelhos de comunicação. Desenvolve-se a institucionalização da tortura, fazendo com que essa pratica se torne comum e passe a ser utilizada como um meio de intimidar. Como diz Valdecir Mello na revista Brasil Nunca Mais: “(...) Embora a tortura seja uma instituição muito antiga no país e no mundo todo, ela ocupou, no Brasil, a condição de instrumento rotineiro nos interrogatórios sobre atividades de oposição ao regime, especialmente a partir de 1964.” (MELLO, 1985, pg. 53).

A população passa a temer o regime, pois a ditadura vai ganhando espaço e com ela seu aparelho repressivo, que dá início as prisões de forma totalmente desrespeitosa, e muitas vezes, podemos dizer que, ocorriam sequestros. A Revista Brasil Nunca Mais (BNM), um projeto elaborado para manter viva a memória referente a este período, de forma que não ocorra novamente. Possui o objetivo de denunciar as torturas ocorridas nos porões da ditadura, além de outras violências.

Nesta Revista, montada por estudiosos com base em processos da ditadura, há vários relatos de torturas, prisões, espancamentos e ocorridos que levam o leitor a sofrer junto com o torturado e sentir diversas emoções. Para

que a ditadura nunca morra na memória e na história, evitando assim que este fato venha a se repetir.

É possível verificar as atrocidades cometidas pelos militares, a partir do Projeto BNM, pois ele nos traz evidências de torturas, ameaças e sevícias cometidas a indivíduos, sem nenhum objetivo, senão o de causar terror e buscar culpados pela subversão. Em uma das descrições, na revista, acerca de como eram efetuadas as prisões, uma funcionária pública faz um relato sobre sua detenção, que foi efetuada: “[...] altas horas da noite, por três indivíduos de aspecto marginal, sem nenhum mandato judicial, os quais intimaram a depoente a acompanhá-los; no veículo para onde fora conduzida, fora encapuzada e obrigada a deitar-se no chão do carro para não ser vista; [...]” (MELLO, 1985, pg. 77).

Este depoimento faz parte de vários relatos que complementam o projeto, e fica evidente que os militares estavam sempre em busca de suspeitos que eram levados a força, muitas vezes mortos por se recusarem a irem. Há casos também, de indivíduos que eram torturados na frente de suas famílias, ou tinham seus filhos e mulheres, muitas vezes grávidas, torturados na sua frente. Tudo isso, ocorreu a partir da institucionalização da tortura durante o Regime Militar.

### **Subversão e o SNI**

Combater os subversivos é uma das funções da Ditadura, para que o regime continue. Então começam as prisões, dos indivíduos suspeitos de qualquer coisa que possa afetar o regime. Estas prisões muitas vezes ocorriam de forma brusca e violenta, com alguns casos de morte. Outras vezes, os indivíduos simplesmente desapareciam e não havia mais notícias a respeito.

Porém, a oposição vai tomando forma e retoma sua força, dando corpo as movimentações que se opõem ao regime. O objetivo dos subversivos é desmascarar

o governo militar e assim derrubá-lo, entretanto, nem sempre se alcança o sucesso e muitas vezes o que se passa nos porões da ditadura, lá permanece.

O governo militar vai responder à violência da esquerda com violência, na tentativa de eliminar qualquer formação de novas ideologias. Porém, a esquerda se organiza numa luta ideológica e de guerrilha contra a ditadura. De acordo com Valdecir Mello: “As Forças Armadas se preparam seriamente para combater qualquer espécie de revolta popular contra o regime imposto pelo direito da força” (MELLO, 1985, pg. 72)

Esta guerra ocorre de maneira silenciosa, por meio de interrogatórios e torturas, sempre em busca daqueles que se opõem ao regime. O governo tem meios de manter todo este aparato de investigação, e possui uma: “máquina criada nacionalmente para a ‘produção e operação de informações’ com nome de Sistema Nacional de Informações (SNI), ou simplesmente ‘Sistema’. Que está integrado dentro do Conselho de Segurança Nacional (CSN)” (MELLO, 1985, pg. 72).

Criado em 1964, o SNI tinha por função controlar todas as atividades do território nacional. Apesar de inicialmente o SNI possuir objetivos menos pretenciosos, isso muda a partir de 1967, quando Médici torna-se um dos líderes no setor de espionagem. Como afirma Carlos Fico, em seu artigo “Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar”, que não foi Couto e Silva quem criou o “monstro”, antes este foi obra da linha-dura.

Com o AI-5 há a possibilidade de uma vitória para a espionagem, que vai operar com setores mais radicais no auxílio à repressão. Ainda assim, a partir do governo de Médici, onde há uma maior dureza do SNI, não há um envolvimento direto com as chamadas “operações de segurança” como diz Carlos Fico, pois as prisões, extermínios, interrogatórios e torturas eram efetuadas pelo DOI-CODI

e pelos departamentos de ordem política e social.

Fica evidente, que com a preocupação de manter a segurança interna do país, a doutrina de segurança vai contra os direitos humanos. A falta de estrutura, torna o Estado impune pelos atos que comete, trazendo o triunfo na luta subversiva. Esse sucesso leva a criação de organismos oficiais como o DOI-CODI e o DOPS. (MELLO, 1985, pg. 73) A perseguição política era efetuada por esses órgãos criados pela ditadura. Estes tinham a função de vigiar e exercer controle sobre a sociedade, além de conseguir informações sobre as subversões, informações estas muitas vezes conseguidas a custo de vidas.

O Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, ou DOI-CODI, é uma ferramenta utilizada pelas Forças Armadas que foi desenvolvida em 1970, e exercia controle sobre os organismos estaduais e federais. (ALVES, 1984, pg. 74) Era um órgão de repressão que possuía aval para cometer as atrocidades necessárias para manter a ordem. Mas o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social – prosseguiu operando no âmbito estadual.

Estas duas instituições governamentais, foram criadas para combater a subversão sem a necessidade de explicar suas ações, o que causava grande pânico na sociedade. Em um trecho da revista Brasil Nunca Mais, fica evidente do que os agentes dessas instituições são capazes:

(...) O DOI-CODI invade uma casa na Lapa, em São Paulo, onde se reuniam dirigentes de uma organização clandestina – o Partido Comunista do Brasil – matando no local Pedro Pomar e Angelo Arroyo. Outro dos que foram ali detidos, João Batista Franco Drumond, teve sua morte anunciada, pouco depois, como tendo sido atropelado ‘quando

tentava fugir’. (MELLO, 1985, pg. 66)

Esta situação é só um exemplo do que o DOI-CODI e o DOPS causavam, pois além de não ter que responder a nenhuma autoridade, eles tinham meios de encobrir seus rastros. Ocorriam também, mortes durante os interrogatórios nos que ficaram conhecidos como “porões da ditadura”, que são as salas de interrogação dessas instituições, onde na maioria das vezes o que acontece ali, ali permanece.

Em alguns relatos de indivíduos que foram presos pelos militares, há informações sobre aulas de tortura, onde eram passadas informações de como proceder durante a tortura. De acordo com Valdecir Mello, na Revista BNM, essas aulas eram efetuadas para cerca de cem militares, enquanto um sargento pegava algum indivíduo que fora preso, e ensinava as técnicas na prática. Esses acontecimentos e informações servem para nos alertar de quão difícil foi o período militar, e evitar que isso venha a se repetir.

### **Considerações finais**

O Golpe Civil-Militar imposto no Brasil em 1964 trouxe consigo inúmeras atrocidades que foram cometidas pelos militares nos 21 anos de governo. É evidente que esse período causou marcas na história deste país, e assim, como Valdecir Mello pretende com sua revista, espera-se que nada deste porte ocorra novamente.

Com vários apontamentos sobre a ditadura e seus desenvolvimentos, esta pesquisa analisou o golpe, que teve apoio de civis, apesar de o governo que se desenvolveu posterior àquele ter sido totalmente composto por militares. Houve também, uma investigação acerca dos instrumentos utilizados pela ditadura para controlar a população e combater os subversivos. A partir de um parecer, também foi possível, retratar a questão da repressão e tortura que foram fortemente

presentes neste período.

Por fim, é necessário esclarecer que este artigo faz parte de uma pesquisa de iniciação científica, onde será possível analisar “O IPM Zona Norte do Paraná”, que é um composto de processos jurídicos que possuem o objetivo de condenar e prender militantes políticos e sindicais desta região.

### Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1985)**. 2ª. Ed. Bauru:

Edusc, 2005.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Os Presidentes e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Casa Civil, 2001.

MELLO, Valdecir. **Um relato para a história: Brasil Nunca Mais**. – 20ª Ed. – Petrópolis – RJ: Vozes, 1988.

RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade (1964-1985)**. Londrina: Eduel, 2013.

REZNIK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 188p.